

CURSO A DISTÂNCIA

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO II

O curso visa capacitar o aluno para identificar e aplicar princípios do direito administrativo em atos da administração pública.

Ementa: Administração Pública. A Organização Político-Administrativa. Licitação. Processo Administrativo. A Responsabilidade Civil do Estado.



PÚBLICO-ALVO:
**Membros,
Servidores e
Estagiários, do MPSC.**

**INÍCIO IMEDIATO!
INSCREVA-SE
ACESSANDO**
ead.mpsc.mp.br

CARGA HORÁRIA:
40 horas-aula

COMUNICADO IMPORTANTE

Neste curso, para fins de progressão funcional de servidores, a primeira etapa (autorização para participação) está dispensada. Entretanto, a validação do certificado dependerá da aprovação da Comissão para Assuntos Funcionais de Servidores – COAFS (segunda etapa), devendo o servidor demonstrar a relação entre as competências do seu cargo/lotação (disponível na intranet) e o conteúdo do curso em requerimento próprio.

CURSO A DISTÂNCIA

NOÇÕES DE DIREITO

ADMINISTRATIVO II

OBJETIVOS GERAIS

- Identificar e aplicar princípios do direito administrativo em atos da administração pública.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender os conceitos de: segurança jurídica e motivação, ampla defesa e contraditório, Legitimidade, veracidade e especialidade e outros princípios importantes.
- Compreender a estrutura político-administrativa brasileira e a imperatividade e os conceitos de autoexecutoriedade e tipicidade.
- Identificar os Princípios do Direito Administrativo aplicáveis às licitações: Lei nº 8.666/93 e a contratação sem licitação, modalidades de licitações e o pregão.
- Reconhecer o processo administrativo e os princípios constitucionais que o norteiam.
- Compreender qual a responsabilidade objetiva do estado segundo a constituição e outras Teorias afins.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1: Administração Pública

- 1.1. Segurança jurídica e motivação
- 1.2. Ampla defesa e contraditório
- 1.3. Legitimidade, veracidade e especialidade
- 1.4. Outros princípios importantes

Unidade 2: A Organização Político-Administrativa

- 2.1. A estrutura político-administrativa brasileira e a imperatividade
- 2.2. Autoexecutoriedade e tipicidade

Unidade 3: Licitação

- 3.1. Princípios do direito administrativo aplicáveis às licitações
- 3.2. A Lei nº 8.666/93 e a contratação sem licitação
- 3.3. Modalidades de licitações
- 3.4. O pregão

Unidade 4: Processo Administrativo

4.1. O processo administrativo

4.2. Princípios constitucionais que norteiam o processo administrativo

Unidade 5: A Responsabilidade Civil do Estado

5.1. A responsabilidade objetiva do estado segundo a constituição

5.2 Teorias afins